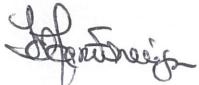


FUNDAÇÃO N. S. DA CONCEIÇÃO DA FREGUESIA V. VOUGA
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

UNIDADE MONETARIA: EURO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2017	31 DEZ 2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	1 775 357,08	1 846 702,21
Investimentos financeiros		3 191,13	1 538,73
		<u>1 778 548,21</u>	<u>1 848 240,94</u>
Ativo corrente			
Créditos a receber	9.4	81 902,50	19 928,35
Estado e outros entes públicos	9.3	10 348,92	12,78
Diferimentos	12.1		515,04
Caixa e depósitos bancários	9.1	16 046,18	25 641,48
		<u>108 297,60</u>	<u>46 097,65</u>
Total do ativo		<u>1 886 845,81</u>	<u>1 894 338,59</u>
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	9.9	568 324,17	568 324,17
Resultados transitados		-455 209,80	-443 697,04
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais		<u>1 190 573,88</u>	<u>1 247 314,21</u>
Resultado líquido do período		<u>1 303 688,25</u>	<u>1 371 941,34</u>
Total dos fundos patrimoniais		<u>1 348 023,32</u>	<u>1 360 428,58</u>
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	9.7	<u>274 222,46</u>	<u>278 293,91</u>
		<u>274 222,46</u>	<u>278 293,91</u>
Passivo corrente			
Fornecedores	9.6	45 767,85	46 602,36
Estado e outros entes públicos	9.3	18 055,96	18 966,89
Financiamentos obtidos	9.7	19 226,07	41 459,44
Outros passivos correntes	9.8	<u>181 550,15</u>	<u>148 587,41</u>
		<u>264 600,03</u>	<u>255 616,10</u>
Total do passivo		<u>538 822,49</u>	<u>533 910,01</u>
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		<u>1 886 845,81</u>	<u>1 894 338,59</u>

A Contabilista Certificada,




FUNDAÇÃO N. S. DA CONCEIÇÃO DA FREGUESIA V. VOUGA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERIODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	7.1	378 447,75	313 122,30
Subsídios, doações e legados à exploração	8	365 443,97	346 064,41
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-96 128,42	-101 009,35
Fornecimentos e serviços externos	7.3	-117 487,48	-115 266,32
Gastos com o pessoal	10	-471 572,54	-450 703,31
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9.5	92,62	1 100,00
Outros rendimentos	7.2	45 868,33	45 017,11
Outros gastos	7.4	-13 065,02	-1 850,99
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		91 599,21	36 473,85
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-40 227,13	-40 959,35
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		51 372,08	-4 485,50
Juros e rendimentos similares obtidos			8,95
Juros e gastos similares suportados	5	-7 037,01	-7 036,21
Resultado antes de impostos		44 335,07	-11 512,76
Resultado líquido do período		44 335,07	-11 512,76

A Contabilista Certificada,



INDICE DO ANEXO

1.	Identificação da entidade	2
2.	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	2
3.	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	3
3.1	Principais políticas contabilísticas	3
3.2	Alteração de políticas contabilísticas, estimativas e erros	7
4.	Ativos fixos tangíveis.....	7
5.	Custos de empréstimos obtidos	8
6.	Inventários	8
7.	Rendimentos e gastos.....	8
7.1	Rérito	8
7.2	Outros rendimentos	9
7.3	Fornecimentos e serviços externos	9
7.4	Outros gastos.....	9
8.	Subsídios e outros apoios das entidades públicas	10
9.	Instrumentos financeiros	10
9.1	Meios financeiros líquidos.....	10
9.2	Clientes e utentes	10
9.3	Estado e outros entes públicos.....	11
9.4	Outras contas a receber	11
9.5	Perdas por imparidade	11
9.6	Fornecedores.....	12
9.7	Financiamentos obtidos	12
9.8	Outras contas a pagar	12
9.9	Fundo social	12
10.	Benefícios dos empregados.....	13
11.	Acontecimentos após a data do balanço	13
12.	Outras divulgações	13
12.1	Diferimentos	14

ANEXO

ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(valores expressos em euros)

31 de dezembro de 2017 e 2016

1. Identificação da entidade

A FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DA FREGUESIA DE VALONGO DO VOUGA, pessoa coletiva n.º 506.083.268, com sede na Rua da Fundação Nossa Senhora da Conceição, n.º 226, Lugar de Brunhido, Valongo do Vouga, é uma Fundação de solidariedade social reconhecida como pessoa de utilidade pública e como Instituição Particular de Solidariedade Social por despacho do Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Trabalho e da Solidariedade datado de 29 de novembro de 2000. Por ser uma fundação sem fins lucrativos, a gestão é feita voluntariamente através de Conselho de Administração, com a supervisão do Conselho Fiscal.

A atividade é desenvolvida num único local que é coincidente com a sede.

A natureza da atividade da FUNDAÇÃO consiste na gestão de: um lar para idosos; um centro de dia para idosos; serviços de apoio domiciliário a idosos e outras respostas sociais dirigidas a idosos.

A FUNDAÇÃO é, juridicamente, classificada como um Fundação pelo que não existe nenhuma entidade-mãe.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) prevista pelo sistema de normalização contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da entidade e no regime do acréscimo.

Não ocorreu a derrogação de qualquer disposição prevista na normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL).

Os conteúdos de todas as contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com os do exercício anterior.

3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 Principais políticas contabilísticas

As principais bases de mensuração aplicadas na elaboração das presentes demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Salvo indicação em contrário, têm sido aplicadas consistentemente ao longo do tempo.

a) Ativos fixos tangíveis

Inicial: O custo é igual ao preço de compra no momento da sua aquisição ou construção adicionado dos direitos de importação, impostos de compra não reembolsáveis, custos necessários para o colocar em funcionamento, após dedução dos descontos e abatimentos. No caso de bens obtidos a título gratuito é considerado como custo para efeitos de reconhecimento o seu justo valor.

Subsequente: *Modelo do custo* – custo menos as depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. Não é considerada qualquer quantia residual.

Os terrenos não são depreciados. As taxas anuais aplicadas refletem a vida útil estimada dos bens, como segue (em anos):

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos ativos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis
	Terrenos	Edifícios				
Vidas úteis		50 anos	6 anos	4 anos	6 anos	10 anos
Taxas de depreciação		2,00%	16,66%	25,00%	16,66%	10,00%
Métodos de depreciação		linha reta	linha reta	linha reta	linha reta	linha reta

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospectiva para refletir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

b) **Custos de empréstimos obtidos**

Regra geral são considerados como gastos do período.

c) **Imparidade de ativos**

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)”, ou na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)”, caso a mesma respeite a ativos não depreciáveis.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica supra referida.

d) **Inventários**

Ao menor entre: (i) o **custo histórico** (preço de compra adicionado dos direitos de importação e dos impostos de compra não dedutíveis, dos custos de transporte e de manuseamento e outros diretamente atribuíveis à aquisição, deduzido dos descontos comerciais e abatimentos) e o (ii) **valor realizável líquido** (preço de venda normal estimado menos os custos estimados de conclusão, caso existam, e os custos estimados necessários para efetuar a sua venda).

e) **Rérito**

As vendas e prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de “Diferimentos” ou “Outras contas a pagar ou a receber”.

f) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo o mesmo objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

g) Subsídios e outros apoios

Os subsídios, incluindo subsídios não monetários, só devem ser reconhecidos após existir segurança de que: i) a entidade cumprirá as condições a eles associadas; e ii) os subsídios serão recebidos.

Os subsídios relacionados com rendimentos, são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “Subsídios, doações e legados à exploração” da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos fundos patrimoniais, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como Passivos, na rubrica “Financiamentos obtidos”.



h) Impostos sobre o rendimento

Dada a natureza da instituição, e das atividades desenvolvidas, a FUNDAÇÃO está isenta de imposto sobre o rendimento.

i) Instrumentos financeiros

A mensuração dos instrumentos financeiros tais como clientes, fornecedores, contas a receber, contas a pagar ou empréstimos bancários, incluindo os em moeda estrangeira é feito ao custo menos perdas por imparidade.

Os instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, reconhecendo-se as variações deste por contrapartida de resultados do período.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alterações de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

j) Benefícios dos empregados

A entidade não assumiu qualquer responsabilidade por benefícios após a cessação de emprego. A entidade apenas está comprometida com benefícios a curto prazo que resulta diretamente da contraprestação de trabalho por parte dos empregados.

A contabilização destes benefícios é feita de uma forma linear, assumindo num determinado período económico todas as responsabilidades que lhe são inerentes.

Pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, mantidos com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo

órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

3.2 Alteração de políticas contabilísticas, estimativas e erros

Não ocorreram durante o exercício alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a períodos anteriores.

4. Ativos fixos tangíveis

Apresentam-se abaixo os movimentos efetuados nesta rubrica:

Ativos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Totais	
	Terrenos	Edifícios							
Em 01.01.2016	Quantias brutas escrituradas	250 150,00	1 930 856,78	146 424,63	116 458,93	113 501,73	2 571,58	0,00	2 559 963,65
	Depreciações acumuladas	(297 577,75)	(145 668,99)	(116 458,93)	(110 024,34)	(2 571,58)			(672 302,09)
	Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Quantias líquidas escrituradas	250 150,00	1 633 279,03	755,64	0,00	3 476,89	0,00	0,00	1 887 661,56
Adições									0,00
Em 31.12.2016	Depreciações	[39 324,97]	[436,80]	0,00	(1 197,58)	0,00			[40 959,35]
	Perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Quantias brutas escrituradas	250 150,00	1 930 856,78	146 424,63	116 458,93	113 501,73	2 571,58	0,00	2 559 963,65
	Depreciações acumuladas	(336 902,72)	(146 105,79)	(116 458,93)	(111 222,42)	(2 571,58)			(71 261,14)
Perdas por imparidade acumuladas									0,00
Em 31.12.2017	Quantias líquidas escrituradas	250 150,00	1 593 954,06	318,84	0,00	2 279,31	0,00	0,00	1 846 702,21
	Adições					2 778,40			2 778,40
	Alienações, sinistros e abates	[36 060,00]							[36 060,00]
	Outras alterações								0,00
Depreciações									[40 227,13]
	Depreciações	[38 247,52]	[318,86]	0,00	(1 660,75)	0,00			[40 227,13]
	Perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Quantias brutas escrituradas	250 150,00	1 894 796,78	146 424,63	116 458,93	116 280,13	2 571,58	0,00	2 526 682,05
	Depreciações acumuladas	(372 986,64)	(146 424,65)	(116 458,93)	(112 883,17)	(2 571,58)			(751 324,97)
Perdas por imparidade acumuladas									0,00
	Quantias líquidas escrituradas	250 150,00	1 521 810,14	(0,02)	0,00	3 396,96	0,00	0,00	1 775 357,08

A FUNDAÇÃO deu como garantia do bom cumprimento do financiamento bancário contraído junto da Caixa de Crédito Agrícola do Baixo Vouga, com o valor em dívida a 31/12/2017 de 293.448,53 (duzentos e noventa e três

mil, quatrocentos e quarenta e oito euros e cinquenta e três cêntimos) (319.753,35 euros em 2016), a hipoteca das suas instalações onde fica localizada a sede.

Não existem quaisquer compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis.

5. Custos de empréstimos obtidos

Gastos de financiamento	2017	2016
Juros suportados	6 865,87	7 036,21
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	171,14	0,00
Totais ...	7 037,01	7 036,21

6. Inventários

Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período	2017			2016		
		Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais
			0,00	0,00			
	Inventários no começo do período	+	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Compras	+	0,00	96 128,42	96 128,42	0,00	101 009,35
	Reclassificações e regularizações	+/-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Inventários no fim do período	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	=	0,00	96 128,42	96 128,42	0,00	101 009,35	101 009,35
	Totais ...	=	0,00	96 128,42	96 128,42	0,00	101 009,35

7. Rendimentos e gastos

7.1 Rérito

Quantias dos réditos reconhecidas no período	2017			2016			2015
	Réritos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réritos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réritos reconhecidos no período
Vendas de mercadorias	0,00	0,00%		0,00	0,00%		0,00
Prestação de serviços	378 447,75	100,00%	20,86%	313 122,30	100,00%	{2,11%}	319 872,14
Juros	0,00	0,00%		8,95	0,00%	{89,27%}	83,38
Totais ...	378 447,75	100,00%	20,86%	313 131,25	100,00%	{2,13%}	319 955,52

7.2 Outros rendimentos

Outros rendimentos	2017	2016
Rendimentos suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	288,86	245,48
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	294,90	0,00
Outras	45 284,57	44 771,63
Totais ...	45 868,33	45 017,11

7.3 Fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e serviços externos	2017	2016
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	49 280,35	42 572,36
Materiais	5 182,33	8 977,91
Energia e fluídos	40 381,34	42 241,41
Deslocações, estadas e transportes	101,57	9,30
Serviços diversos	22 541,89	21 465,34
Totais ...	117 487,48	115 266,32

7.4 Outros gastos

Outros gastos	2017	2016
Impostos	442,87	230,10
Descontos de pronto pagamento concedidos	3,94	44,30
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	8 264,82	0,00
Outros	4 353,39	1 576,59
Totais ...	13 065,02	1 850,99



8. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

		2017			2016		
		Demonstração dos resultados		Balanço	Demonstração dos resultados		Balanço
		Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas nos fundos patrimoniais (Outras variações nos fundos patrimoniais)	Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas nos fundos patrimoniais (Outras variações nos fundos patrimoniais)
Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço							
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos	PARES - ISS	14 565,37	611 745,34	14 574,89	626 310,71	
		Outros (CMA JF)	6 114,96	256 828,54	6 114,96	262 943,50	
		...					
		Subtotais ...	0,00	20 680,33	868 573,88	0,00	20 689,85
	Subsídios relacionados com resultados	Acordo LAR-CD-SAD	351 803,21		329 072,84		
		IEFP Outros	13 640,76		17 714,06		
		...					
		Subtotais ...	365 443,97	0,00	0,00	346 786,90	0,00
		Totais ...	365 443,97	20 680,33	868 573,88	346 786,90	20 689,85 ✓
							889 254,21

Não existem condições não satisfeitas, ou contingentes, relacionadas com os apoios recebidos e reconhecidos.

Os principais doadores/fontes de fundos são o ISS (Instituto da Segurança Social).

9. Instrumentos financeiros

9.1 Meios financeiros líquidos

Meios financeiros líquidos constantes do balanço	31.12.2017	31.12.2016
Caixa	221,60	214,10
Depósitos bancários	15 824,58	25 427,38
Totais ...	16 046,18	25 641,48

9.2 Clientes e utentes

Decomposição da rubrica de créditos a receber	31.12.2017	31.12.2016
Contas a receber de clientes	24 285,51	20 658,22
Menos: imparidade das contas a receber (clientes)	-1 784,20	-1 876,82
Contas a receber de clientes (líquido)	22 501,31	18 781,40
Contas a receber de partes relacionadas		
Menos: parcela não corrente - Clientes		
Parcela corrente	22 501,31	18 781,40

9.3 Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a rubrica Estado e Outros Entes Pùblicos apresentava as seguintes quantias:

Decomposição da rubrica do Estado e outros entes públicos	31.12.2017		31.12.2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Impostos / Rendimento Pessoas Coletivas	0,00	0,00	12,78	0,00
Impostos / Rendimento Pessoas Singulares	0,00	2 780,84	0,00	1 224,09
Impostos / o Valor Acrescentado	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social	10 348,92	12 813,18	0,00	16 148,55
Outros	0,00	2 461,94	0,00	1 594,25
 Total ...	10 348,92	18 055,96	12,78	18 966,89

9.4 Outras contas a receber

Decomposição de outros ativos a receber	31.12.2017	31.12.2016
Saldos devedores de fornecedores	453,20	1 146,95
Outras ...	58 947,99	
Total de outras contas a receber ...	59 401,19	1 146,95
 Outras contas a receber partes relacionadas		
Menos: Parcela não corrente - Outras contas a receber		
Parcela corrente	59 401,19	1 146,95

9.5 Perdas por imparidade

Quantias das perdas por imparidade reconhecidas para cada uma das classes de ativos financeiros	31.12.2017			31.12.2016		
	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias (líquidas) escrituradas	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias (líquidas) escrituradas
Clientes	24 285,51	(1 784,20)	22 501,31	20 658,22	(1 876,82)	18 781,40
Fornecedores	453,20	0,00	453,20	1 146,95	0,00	1 146,95
Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a receber	58 947,99	0,00	58 947,99	0,00	0,00	0,00
Totais ...	83 686,70	(1 784,20)	81 902,50	21 805,17	(1 876,82)	19 928,35



9.6 Fornecedores

Decomposição da rubrica de fornecedores	31.12.2017	31.12.2016
Contas a pagar a fornecedores	45 767,85	46 602,36
Contas a pagar a partes relacionadas		
Menos: parcela não corrente - Fornecedores		
Parcela corrente	45 767,85	46 602,36

9.7 Financiamentos obtidos

Decomposição da rubrica de Financiamentos Obtidos	31.12.2017	31.12.2016
Empréstimos bancários	293 448,53	319 753,35
Outros Financiadores	0,00	0,00
Total ...	293 448,53	319 753,35
Parcela não corrente (-)	-274 222,46	-278 293,91
Dívida corrente ...	19 226,07	41 459,44

Os empréstimos bancários estão, na sua integralidade, denominados em euros e vencem juros a taxas de mercado. Não existem garantias para o cumprimento das responsabilidades bancárias.

O financiamento apresentado pela Fundação beneficia de hipoteca sobre o imóvel sede.

9.8 Outras contas a pagar

Decomposição de outros passivos	31.12.2017	31.12.2016
Estimativa de férias e subsídio de férias	59 139,41	63 376,47
Adiantamento por conta de mensalidades	34 068,92	
Empréstimos (Lanidor e Liga dos Amigos)	87 000,00	84 000,00
Outras ...	1 341,82	1 210,94
Total de outros passivos ...	181 550,15	148 587,41
Outros passivos partes relacionadas		
Menos: Parcela não corrente - Outros passivos		
Parcela corrente	181 550,15	148 587,41

9.9 Fundo social

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, era a seguinte a composição do fundo social da Instituição:

	2017	2016
Fundo social	568 324,17	568 324,17
Resultados transitados	-455 209,80	-443 697,04
Outras variações nos fundos patrimoniais		
Subsídios ao investimento	868 573,88	889 254,21
Doações	322 000,00	358 060,00
Resultado líquido do período	44 335,07	-11 512,76
Total ...	1 348 023,32	1 360 428,58

10. Benefícios dos empregados

	2017	2016
Número de pessoas ao serviço	32	32
Número médio de empregados	40	42
Número de empregados no fim do período	40	42

	2017	2016
Órgão diretivos	7	7
Número de membros dos órgãos diretivos	7	7
Remunerações dos órgãos diretivos	0	0

11. Acontecimentos após a data do balanço

Não existem acontecimentos relevantes após a data de balanço.

12. Outras divulgações

O resultado positivo alcançado, de 44.335 euros (2016: 11.513 euros negativos), resulta da atividade normal da Associação.

12.1 Diferimentos

Diferimentos	31.12.2017	31.12.2016
Ativos:		
Gastos a reconhecer	515,04	
Total de diferimentos ativos ...	515,04	0,00
Passivos:		
Total de diferimentos passivos ...	0,00	0,00

A Entidade é uma IPSS isenta de imposto do rendimento, e sem transações sujeitas a tributação autónoma, pelo que não regista qualquer gasto de imposto nas suas contas.

Valongo do Vouga, 29 de outubro de 2018

CC n.º 19953

O Conselho de Administração,

